



A MECANIZAÇÃO DAS SALINAS E O PROCESSO MIGRATÓRIO DA POPULAÇÃO TOTAL E URBANA DE MACAU/RN ENTRE 1970 E 2000

The mechanization of salinas and the migration process of the total and urban population of Macau / RN between 1970 and 2000

La mecanización de las salinas y el proceso migratorio de la población total y urbana de Macau / RN entre 1970 y 2000

Iapony Rodrigues Galvão¹

RESUMO

A costa Norte Potiguar possui, desde o período colonial, notório destaque na produção salineira, dadas as condições favoráveis à extração do sal marinho (ANDRADE, 1995; COSTA, 2013; DINIZ, 2013). Entretanto a produção não conseguia atender sequer o mercado interno, situação modificada com a mecanização salineira implantada a partir da década de 1960, realizada com notória participação do grande capital internacional associado ao financiamento do estado brasileiro. E este processo de mecanização ocasionou drásticas mudanças em Macau, situada a 175 km de Natal, capital do Rio Grande do Norte, ampliando o desemprego, gerando atitudes como acidentes de trabalho propositais (COSTA, 1991), para obter indenizações ou aposentadorias. Assim, o presente artigo objetivou discutir as consequências advindas da mecanização das salinas ocorrida em Macau/RN, a partir da década de 1970 até os anos 2000, como a ampliação do processo migratório a partir da escassez de postos de trabalho advindo do processo mecanizador das salinas, o qual tornou Macau decadente no contexto urbano potiguar, fundamentando este raciocínio em questões conceituais envolvendo a problemática analisada, como a expansão do capital na produção salineira e o decréscimo da população Macauense no período 1970-2000, recorrendo a levantamento de dados primários e secundários, que serviram para melhor explicar a realidade estudada. Em 1970, segundo o Censo Demográfico do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a população macauense totalizava 25.800 habitantes, correspondendo à 7ª. maior população do Rio Grande do Norte. Já no censo demográfico de 1980, a população era de 24.078 habitantes, reduzida, portanto, se comparado a 1970. Em 1991, há retomada do crescimento, com a população totalizando 25.985 habitantes. Mas, no censo demográfico de 2000, a população sofre novo decréscimo, totalizando 25.700 habitantes, tornando Macau apenas a 16ª maior cidade potiguar em número de habitantes. E neste processo de decréscimo populacional, destaca-se, no auge da crise, nos anos 1980, o fato de organismos relevantes, como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, reduziu suas atividades com a estagnação do crescimento da população e a redução da demanda por cursos de graduação. Desta forma, concluiu-se que Macau não ofereceu alternativas concretas de ascensão e crescimento efetivo em diferentes esferas para essa população desempregada, não atenuando conflitos sociais gerados a partir da modernização tecnológica do parque salineiro, gerando, assim, o quadro de decréscimo populacional no período de 1970 a 2000.

Palavras-Chave: Mecanização salineira. Decréscimo Populacional. Macau.

¹ Docente Adjunto do Departamento de Geografia - Centro de Ensino Superior do Seridó - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutor em Geografia - Universidade Estadual do Ceará (UECE). Email: iapony5@hotmail.com

ABSTRACT

The North Potiguar coast has, since the colonial period, been well-known in saline production, given the favorable conditions for the extraction of sea salt (ANDRADE, 1995; COSTA, 2013; DINIZ, 2013). However, production was not able to meet even the domestic market, a situation modified with saline mechanization implemented since the 1960s, with a notable participation of large international capital associated with the financing of the Brazilian state. And this process of mechanization led to drastic changes in Macau, located 175 km from Natal, capital of Rio Grande do Norte, increasing unemployment, generating attitudes such as deliberate work accidents (COSTA, 1991), to obtain indemnities or pensions. Thus, this article aimed to discuss the consequences of the mechanization of salinas in Macau / RN, from the 1970s to the 2000s, as the expansion of the migration process due to the shortage of jobs resulting from the mechanization process of which made Macau decadent in the Potiguar urban context. This rationale was based on conceptual issues, such as the expansion of capital in saline production and the decline of Macau population in the period 1970-2000, using primary and secondary data. which served to better explain the reality studied. In 1970, according to the Demographic Census of IBGE - Brazilian Institute of Geography and Statistics, the Macau population had 25,800 inhabitants, corresponding to the 7th largest population of Rio Grande do Norte. In the demographic census of 1980, the population was 24,078 inhabitants, thus reduced compared to 1970. In 1991, there was a resumption of growth, with the population totaling 25,985 inhabitants. However, in the 2000 population census, the population declined further, totaling 25,700 inhabitants, making Macau the only 16th largest city in terms of population. And in this process of population decline, at the height of the crisis, in the 1980s, the fact that relevant organisms, such as the Federal University of Rio Grande do Norte, reduced its activity with the stagnation of population growth and the reduction of demand for undergraduate courses. Thus, it was concluded that Macau did not offer concrete alternatives for survival for this unemployed population and did not attenuate the social conflicts generated by the technological modernization of the saline park, thus generating the population decline in the period from 1970 to 2000.

Keywords: Saline mechanization; Population Decrease; Macau.

RESUMEN

La costa norte Potiguar posee, desde el período colonial, evidente destaque en la producción salinera, dadas las condiciones favorables a la extracción de la sal marina (ANDRADE, 1995; COSTA, 2013; DINIZ, 2013). Sin embargo la producción no logra atender ni siquiera el mercado interno, situación modificada con la mecanización salinera implantada a partir de la década de 1960, realizada con notoria participación del gran capital internacional asociado al financiamiento del estado brasileño. Y este proceso de mecanización ocasionó drásticos cambios en Macau, situada a 175 km de Natal, capital de Rio Grande do Norte, ampliando el desempleo, creando actitudes como accidentes de trabajo intencionales (COSTA, 1991), para obtener indemnizaciones o jubilaciones. Así, el presente artículo objetivó discutir las consecuencias derivadas de la mecanización de las salinas ocurrida en Macau / RN, a partir de la década de 1970 hasta los años 2000, como la ampliación del proceso migratorio a partir de la escasez de puestos de trabajo proveniente del proceso mecanizador de las salinas, el cual hizo Macau decadente en el contexto urbano potiguar, fundamentando este raciocinio en cuestiones conceptuales envolviendo la problemática analizada, como la expansión del capital en la producción de salinas y el decrecimiento de la población Macauense en el periodo 1970-2000, recurriendo a levantamiento de datos primarios y secundarios, que sirvieron para mejor explicar la realidad estudiada. En 1970, según el Censo Demográfico del IBGE - Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, la población macauense totalizaba 25.800 habitantes, correspondiendo a la 7ª mayor población de Rio Grande do Norte. En el censo demográfico de 1980, la población era de 24.078 habitantes, reducida, por lo tanto, si se compara a 1970. En 1991, hay retomada del crecimiento, con la población totalizando 25.985 habitantes. Pero en el censo demográfico de 2000, la población sufre nuevo decrecimiento, totalizando 25.700 habitantes, haciendo que Macau solamente el 16º mayor ciudad potiguar en número de habitantes. Y en este proceso de descenso poblacional, se destaca, en el auge de la crisis, en los años 1980, el hecho de organismos relevantes, como la Universidad Federal de Rio Grande do Norte, redujo sus actividades con el estancamiento del crecimiento de la población y la reducción de la demanda por cursos de graduación. De esta forma, se concluyó que Macau no ofreció alternativas concretas de supervivencia para esa población desempleada, no atenuando conflictos sociales generados a partir de la modernización tecnológica del parque de salinas, generando así el cuadro de descenso poblacional en el periodo de 1970 a 2000.

Palabras clave: Mecanización de salinas; disminución de la población; Macau.

INTRODUÇÃO: OS ANTECEDENTES DA PRODUÇÃO SALINEIRA POTIGUAR

As salinas têm sido utilizadas pelo homem há milênios, sendo o procedimento usado para a obtenção do sal era o mesmo utilizado nas salinas tradicionais de algumas partes da África, América do Sul e Oceania, o qual se constituía em represar a água do mar em diques de argila e aguardar a precipitação de sal, com uma predominância de NaCl e alto conteúdo de sais de cálcio, magnésio, etc (COSTA et al, 2013).

No território brasileiro, a produção salineira tem início no período da colonização portuguesa, mesmo com o desconhecimento da ocorrência natural das salinas quando da chegada dos primeiros exploradores em terras brasileiras. Assim, todo o sal que utilizavam teria que ser trazido de suas terras de origem, da mesma forma como qualquer outra mercadoria que eles precisassem e não a tivessem disponível (ANDRADE, 1995).

Com a descoberta das salinas naturais na costa semiárida brasileira, o mineral passa a ser utilizado na colônia para diferentes finalidades, como a alimentação humana e dos bois e cavalos, além da preparação do charque pelo salgamento da carne bovina e seca sob o sol. Além disso, o sal brasileiro se torna relevante matéria prima na Europa, especialmente para a expressiva produção de bacalhau, arenque e outros peixes, os quais possuíam relevância econômica para Portugal, Holanda e dos países escandinavos (ARBOCZ, 1986).

Assim, durante o período colonial, fica evidente que a costa semiárida brasileira, composta pelos atuais territórios do Piauí, Ceará e, principalmente, do Rio Grande do Norte, mostrou-se, como a área ideal para a exploração salineira. Como evidencia Trindade e Albuquerque (2005, p. 46), em suas “Notas Econômicas do Século XX”, mencionam que “durante os períodos de colônia e império, a economia do Rio Grande do Norte era impulsionada pelos setores agropecuário e extrativo, com destaque para o sal, o algodão, o açúcar, a mandioca, a criação de bovinos, ovinos, caprinos e muares, a cera de carnaúba, etc”.

Aprofundando esta contextualização relativa ao sal marinho, Andrade (1995) comenta que as grandes salinas naturais que se formaram sem qualquer intervenção do homem foram descobertas na metade final do século XVI, estando situadas ao longo da costa da capitania do Rio Grande (atual Estado do Rio Grande do Norte e parte do atual Estado do Ceará), formando-se em grandes várzeas onde a água do mar naturalmente era represada e cristalizava-se naturalmente.

Esta extração rudimentar predominou por todo o período colonial e somente a partir da segunda metade do século XIX, já no período imperial, é que cresceram as demandas pelo produto para o curtimento de couros, a salga de peixes, carnes, produtos de consumo e comércio em geral entre vilas e povoados que surgiam (SANTOS, 2010).

A partir destas demandas há o surgimento de pequenas salinas em alguns locais da costa potiguar, de modo que esta demanda pudesse ser suprida (ANDRADE, 1995), mas a produção era insuficiente para

suprir uma demanda vertiginosamente crescente, atendendo apenas a demanda de consumo das regiões em que se instalavam (CASCUDO, 1955).

Com o advento destas pequenas salinas, há a utilização de faixas de terras mais altas em relação ao nível da maré, surgindo os primeiros mecanismos tecnológicos, como por exemplo, os cata-ventos, o qual servia num processo rústico para bombear a água da maré para dentro dos cercos das salinas, permitindo o bombeamento e elevação da água.

A utilização dos cata-ventos, embora constituísse um avanço, evidenciava que o processo de extração salineiro, genericamente, ainda era bastante semelhante ao início do período colonial, sofrendo mudanças apenas no período republicano, como será visto a seguir.

O PERÍODO REPUBLICANO E O MONOPÓLIO DA EXTRAÇÃO SALINEIRA

Em 1889, quando da instalação da República, o recém-instalado governo republicano concedeu, a partir do decreto nº 10.413, de 26 de Novembro de 1889, em favor do Sr. Antônio Coelho Ribeiro Roma, proprietário da Companhia Nacional de Salina Mossoró-Açu (CNS), sediada no Rio de Janeiro, o direito exclusivo à exploração dos terrenos devolutos compreendidos entre Areia Branca e Macau, por um prazo de 30 anos (CARMO JÚNIOR, 2006).

Esta legislação, portanto, estabelecia um monopólio na produção salineira que mudaria o panorama econômico da extração salineira no Rio Grande do Norte, com esta regulamentação jurídica sendo denominada de “Concessão Roma” (CARMO JÚNIOR, 2006).

Desta forma, valendo-se do seu direito adquirido e dispondo de muito capital e embarcações, a Companhia Nacional de Salina Mossoró-Açu (CSN) adquiriu por valores irrisórios as pequenas salinas existentes, não permitindo a existência de qualquer concorrência em sua área de exploração (ANDRADE, 1995). Além disso, no ato da instalação da referida companhia em Macau, nenhum imposto foi cobrado sobre o sal e, ainda, foi pedida ao Governo Federal, uma espécie de taxa que valorizasse o produto no mercado (CARMO JÚNIOR, 2006).

No entanto, estas medidas protecionistas não foram suficientes para uma grandiosa ampliação da lucratividade por parte da CSN nas duas primeiras décadas do século XX, uma vez que o processo de exploração salineira ainda permanecia rudimentar, não possibilitando a referida companhia a atender por completo o mercado brasileiro.

Desta forma, a Companhia Nacional de Salina Mossoró-Açu já não conseguia sustentar o cumprimento das cláusulas estabelecidas em 1889, tendo o seu contrato anulado pelo governo brasileiro em 1920 (CARMO JÚNIOR, 2006).

Com o encerramento da “Concessão Roma”, houve o crescimento da produção salineira por produtores potiguares associados ao ingresso de grupos econômicos advindos do Rio de Janeiro e São Paulo, principalmente no período 1930-1960 (ANDRADE, 1995).

Neste período também há a consolidação da indústria salineira potiguar, a qual passa a representar valores superiores a 50% do total nacional, com o município de Macau, na porção central da costa norte potiguar se tornando a principal área produtora salineira brasileira (ANDRADE, 1995; SOUSA, 2007).

A partir desta centralidade produtiva salineira em Macau, há uma grande atração populacional para a mesma, pois havia uma grande necessidade de mão-de-obra para trabalhar nas salinas. Desta forma, nos anos 1950, cerca de 30% da população local trabalhava direta e indiretamente nas salinas (CASCUDO, 1955), com a cidade se tornando uma das dez maiores aglomerações populacionais do Rio Grande do Norte nas décadas de 1940 e 1950, com cerca de 20 mil habitantes.

No entanto, a década de 1960 leva a drásticas mudanças neste quadro produtivo, pois a modernização do parque salineiro, necessário para ampliar a produção nacional e diminuir a dependência estrangeira, gerou impactos profundos no contexto socioeconômico de Macau, alterando drasticamente o quadro econômico e trabalhista local (COSTA, 1991), impactando, inclusive, no incremento populacional macauense, como será evidenciado a seguir.

A MODERNIZAÇÃO SALINEIRA PÓS DÉCADA DE 1960

Para compreender a modernização salineira a partir da década de 1960, com a inserção do capital estrangeiro associado ao financiamento do estado brasileiro, ocasionando o processo de desnacionalização das salinas do Rio Grande do Norte (COSTA, 1991), torna-se relevante explicitar o contexto político e econômico deste período (CARMO JÚNIOR, 2006).

Na segunda metade da década de 1950, o governo de Juscelino Kubitschek, atendendo interesses do grande capital nacional e estrangeiro, incentivou uma política desenvolvimentista baseada na industrialização como forma de promover o crescimento econômico nacional.

Além disso, buscando atenuar as enormes diferenças sociais nas regiões Sudeste, a qual possuía um notório crescimento econômico, e o Nordeste, a qual despontava como uma das áreas mais pobres do mundo, a gestão de Kubitschek instituiu o GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (OLIVEIRA, 1977).

Este grupo de trabalho elaborou documentos e planos, os quais resultaram na criação da SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, um organismo para executar as políticas

desenvolvimentistas instituídas durante a gestão de Juscelino Kubitschek direcionada para o Nordeste brasileiro.

A partir da criação da SUDENE e de seus planos estratégicos, como o II Plano Diretor, instituído no período de 1963 a 1965, há uma maior ênfase para a implantação de indústrias de grande porte, assim como a modernização e dinamização de setores industriais já existentes, muitos dos quais operavam seguindo moldes artesanais, como era o caso das salinas, as quais possuíam dificuldades para abastecer o mercado consumidor interno (CARMO JÚNIOR, 2006).

Estas dificuldades tornaram-se mais evidentes neste período pelo fato de a década de 1960 possuir um notório incremento do consumo de sal no País, notadamente graças ao desenvolvimento da indústria química, grande utilizadora deste produto como matéria-prima (COSTA et al, 2013).

Desta forma, para ampliar a produção salineira, necessária para o crescimento industrial, em especial da indústria química, os planos estratégicos da SUDENE ampliaram a abrangência dos mecanismos de incentivos fiscais, os quais, anteriormente eram exclusivos às empresas nacionais, sendo estendidos aos investimentos de grupos estrangeiros.

Este processo gerou um processo de desnacionalização, monopolização e extinção das pequenas salinas do Rio Grande do Norte, as quais foram incorporadas ao capital de grupos estrangeiros, financiados pelo próprio dinheiro nacional (CARMO JÚNIOR, 2006).

Ampliando este processo de incentivo ao capital estrangeiro, a SUDENE retirou do seu II Plano Diretor a restrição de utilização, pelas empresas de capital estrangeiro, dos mecanismos de dedução fiscal, o qual era anteriormente permitido apenas a empresas de capital 100% nacionais (OLIVEIRA, 1977). Desta forma, os incentivos fiscais da SUDENE foram direcionados ao capital internacional, facilitando, dessa forma, a penetração destes recursos financeiros estrangeiros no parque salineiro potiguar (COSTA, 1991).

Assim, houve a incorporação, por parte dos grandes grupos estrangeiros, das pequenas empresas salineiras locais, levando a uma consequente obtenção das melhores áreas salineiras da costa norte potiguar, associada à introdução da tecnologia ao processo produtivo.

Logo, a economia salineira potiguar passou por enormes transformações, a partir do financiamento advindo dos incentivos direcionados pelo governo federal, a partir da ação da SUDENE, associado a investimentos estrangeiros, consolidando o processo de mecanização da extração do sal, tornando-a uma atividade intensiva, ocasionando, assim, uma concentração da produção e da renda.

Desta maneira, na década de 1970, a maior parte da produção de sal do Rio Grande do Norte estava oligopolizada sob o controle de 03 grandes grupos: o grupo Morton Norwich Products INC., americano, que passou a comandar as salinas Sosal e Guanabara, sendo que esta última foi pioneira na mecanização da produção salineira; o grupo Akzo Zoult Chemie, holandês, que passou a comandar as salinas da Companhia

Industrial do Rio Grande do Norte (CIRNE); e o grupo Nora Lage, italiano, que assumiu o controle das salinas da Henrique Lage (CARMO JÚNIOR, 2006). Como consequência deste processo concentrador, em 2007, apenas 8 produtores respondiam por 92,5% do sal produzido no Rio Grande do Norte (COSTA et al, 2013).

Portanto, com este processo modernizador da produção salineira, além de gerar uma autossuficiência produtiva, a extração de sal marinho tomou-se, no final do século XX e início do século XXI, uma das principais atividades econômicas do Rio Grande do Norte, uma vez que o parque salineiro do Estado é responsável por 97% da produção brasileira, o qual é comercializado para todos os Estados brasileiros e exportado principalmente para os Estados Unidos, África e Europa (RIO GRANDE DO NORTE, 2003).

No entanto, como será evidenciado no tópico a seguir, as consequências sociais deste processo de modernização salineira foram drásticas, uma vez que, a partir da redução da necessidade de mão de obra com o processo mecanizador da produção de sal, amplia-se o desemprego e as migrações populacionais para outras partes do estado e do país, gerando uma notória estagnação no incremento populacional Macauense, como será analisado a seguir.

A MODERNIZAÇÃO SALINEIRA: IMPACTOS POPULACIONAIS E SOCIAIS EM MACAU

Conforme observado anteriormente, o processo modernizador salineiro potiguar, acentuado na década de 1970, caracterizou-se pela formação de grandes unidades produtoras. Como consequência desse processo concentrador, houve uma drástica redução da produção salineira artesanal potiguar, uma vez que restaram apenas algumas pequenas salinas que ainda se utilizam de pás e de carros-de-mão para realizar a colheita do sal.

Cabe ressaltar que estas salinas rudimentares representam um patrimônio histórico, natural e arquitetônico ainda pouco reconhecido no país, pelo fato das mesmas serem réplicas das técnicas de construção e gestão típica dos primórdios dessa atividade (MOURA 2003).

Acerca das consequências socioeconômicas da modernização salineira, ressalta-se que a mudança técnica na produção ampliou o quadro do desemprego, em especial no espaço macauense, o qual representava uma das principais áreas produtoras de sal no país (CARMO JÚNIOR, 2006).

Desta forma, as demissões nas grandes salinas, advinda do processo modernizador e do crescente processo de concentração de capital e renda na região salineira potiguar trouxeram graves prejuízos sociais, com centenas de trabalhadores indo reivindicarem os seus direitos em organizações sociais, como o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Sal em Mossoró, buscando pedir comida e emprego, uma vez que os mesmos passavam por sérias privações (MOURA, 2005).

Nesta diminuição da massa assalariada, associada ao crescimento da produção por parte das grandes propriedades salineiras, a partir da modernização, otimização e consequente redução dos custos da

produção salineira, ampliou-se, portanto, as vendas e lucros obtidos pelos empresários desta atividade econômica (DINIZ, 2013).

Conforme aprofundado por Moura (2005), as grandes indústrias salineiras empregavam, até a década de 1960 e 1970, mais de 500 funcionários. No entanto, após a mecanização, as mesmas passaram a empregar um número máximo de 40 a 50 funcionários, demonstrando o impacto da mecanização na geração de empregos no espaço macauense.

Buscando reduzir os impactos sociais do desemprego advindo da modernização salineira, foram propostos programas socioeconômicos, como as “Agrovilas da Serra do Mel”, até então parte integrante da zona rural de Mossoró, hoje compondo a área territorial do município de Serra do Mel. A partir da atividade agrícola, buscou-se, portanto, inserir no mercado do trabalho alguns dos milhares de trabalhadores desempregados pela mecanização da produção salineira potiguar. No entanto, o programa não obteve o sucesso desejado, dado a falta de uma política de incentivo aos pequenos produtores agrícolas (COSTA, 1991).

Dado a drástica redução da necessidade de trabalhadores salineiros, associado ao resultado pouco expressivo das políticas de redução do desemprego, a cidade de Macau sofreu uma notável estagnação demográfica, reduzindo sua população total de 25.800 habitantes, em 1970, para 24.078 habitantes, em 1980, com a população urbana seguindo esta mesma tendência, reduzindo de 18.038 habitantes, em 1970 para 17.560 em 1980 (IBGE,1970;1980), impactando em sua importância como notório centro urbano no espaço potiguar.

Nesta redução macauense em sua dinâmica urbana, a partir dos anos 1980, serviços federais como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte tiveram sua atuação reduzida na cidade (SANTOS, 2010), funcionando apenas com a Educação a Distância, encerrando a atuação com aulas presenciais (MOURA, 2005), e, recentemente, agências estatais, como a Receita Federal, foram fechadas (DINIZ, 2013).

Este fechamento de serviços tão relevantes, segundo Paiva Filho (1987); Costa (1991); Moura (2003) é explicitada pela estagnação no incremento populacional, como acima observado, associada diretamente a ampliação do processo migratório, dadas as dificuldades da população trabalhadora macauense em obter novas fontes de renda após a mecanização salineira.

E dada esta ampliação do desemprego, alguns dos antigos trabalhadores salineiros chegaram a buscar atitudes desesperadoras e extremas, como acidentes de trabalho propositais (COSTA, 1991), a fim de serem obtidas possíveis indenizações ou aposentadorias.

Desta forma, com esta ausência de postos de trabalho, há a ampliação do processo migratório, levando a uma notória decadência de Macau como um grande centro urbano potiguar. Embora no censo demográfico do IBGE em 1991 indique uma retomada do crescimento, com a população totalizando 25.985

habitantes, no censo demográfico de 2000, a população sofre novo decréscimo, totalizando 25.700 habitantes, tornando Macau apenas a 16ª maior cidade potiguar em número de habitantes (IBGE, 1970; 1980; 1991; 2000).

Esta redução demográfica ocasionada pela mecanização também é perceptível ao analisar a evolução da população urbana Macauense no período de 1970 ao ano 2000, ao analisar que, em 1970, a população urbana macauense totalizava 18.838 habitantes, enquanto no ano 2000 totalizava apenas 18.632 habitantes (IBGE, 1970; 2000), sofrendo, portanto, num período de 30 anos, um evidente decréscimo, o qual está diretamente associado a este processo de migração populacional, decorrente da carência e a precarização na existência de postos de trabalho (MOURA, 2003).

Ao mesmo tempo em que diminuía a população macauense e a utilização da mesma nas atividades salineiras, houve um notório aumento do Produto Interno Bruto (PIB) da indústria em Macau no período 1970 a 2000, dado o incremento da produtividade e lucratividade salineira. Assim, em 1970, o PIB industrial Macauense correspondia a 29.789.048,00 R\$, enquanto no ano 2000, o PIB industrial de Macau possuía o valor total de 242.341.350,00 R\$, correspondendo a mais de 15% de todo o PIB industrial do Rio Grande do Norte (IBGE, 2000).

Portanto, os dados obtidos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE evidenciam o processo de estagnação no crescimento demográfico da população total e urbana macauense, advindo desta menor necessidade de mão de obra nas atividades salineiras mecanizadas, dado as maiores possibilidades de lucratividade obtidas com a mecanização, associado ao insuficiente surgimento de outras atividades que pudessem absorver a população desempregada com o processo mecanizador da produção salineira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA REFLETIR

A produção salineira, existente na costa potiguar desde o período colonial exerceu um notório papel na formação espacial do Rio Grande do Norte, uma vez que a atividade possui notório destaque no quadro nacional. As condições naturais existentes no litoral Norte-Riograndense são singulares no contexto produtivo salineiro brasileiro.

E a cidade de Macau, localizada na área central do litoral norte potiguar, possui grande destaque nesta atividade, por concentrar estas condições favoráveis à produção salineira. Assim, a cidade macauense ganhou destaque na rede urbana potiguar, por concentrar uma grande massa populacional a qual exercia as atividades relativas ao circuito produtivo salineiro.

Entretanto, com a mecanização na produção salineira, a partir da década de 1960, advinda da inserção do capital estrangeiro, apoiado por incentivos fiscais do estado brasileiro, há uma notória mudança

no quadro econômico macauense, com uma drástica redução na necessidade de mão de obra para atividade salineira.

A partir da pesquisa documental e pesquisa preliminar *in loco*, constatou-se, a existência de um alto índice de desemprego na região e a pauperização da sua economia a partir da referida modernização, uma vez que a economia macauense não possibilitou alternativas concretas de sobrevivência para essa população desempregada, não atenuando, portanto, o alto grau de conflito social gerado a partir da modernização tecnológica do parque salineiro.

E como consequência deste processo de ampliação do desemprego, há uma migração da população macauense para outras áreas do estado e do país, levando a uma decadência urbana e estagnação populacional ainda vivenciada por Macau desde os anos 1970, corroborada pelos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Portanto, o presente artigo evidenciou, a partir de uma discussão histórica e comprovação demográfica, como o espaço macauense, considerado até a década de 1960, um dos principais pontos de atração populacional potiguar, se transforma dialeticamente com a mecanização salineira, se tornando um dos grandes produtores de sal do país, numa atividade voltada para o capital internacional, mas com uma considerável decadência urbana e econômica no quadro local.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, M. C. **O território do sal**: a exploração do sal marinho e a produção do espaço geográfico no Rio Grande do Norte. Mossoró. Coleção Mossoroense, vol. 848, 1995.

ARBOCZ, I. I. L. **Ensaio sobre a história econômica do RN**. Natal: UFRN, Ed. Universitária, 1986.

CARMO JÚNIOR, J. B. **Geografia da dominação** - um estudo sobre a organização espacial da terra do sal (Macau-RN). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte/Centro de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Natal, 2006, 173 p.

CARVALHO JÚNIOR, V; FELIPE, J. L. A. **Introdução à história do sal**. Natal: Terra e Sal, n. 2, 1982.

CASCUDO, L. C. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

COSTA, Ademir Araújo da. **Tecnologia e Desemprego**: o caso da região salineira de Macau – RN. Instituto de Geociências (Dissertação de Mestrado), Rio de Janeiro, 1991.

COSTA, D. F. S.; DE MEDEIROS ROCHA, R.; CÂNDIDO, G. A. **Perfil de sustentabilidade e uso dos recursos naturais em salinas solares no estuário do Rio Apodi-Mossoró (RN)**. In: CÂNDIDO, G.A. (Org.). Desenvolvimento Sustentável e Sistemas de Indicadores de Sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas. Campina Grande - PB: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 2010, p. 401 - 426.

COSTA, Diógenes Félix da Silva *et al.* Breve revisão sobre a evolução histórica da atividade salineira no estado do Rio Grande do Norte (Brasil). In: **Revista Sociedade e natureza**, vol.25 n°.1 Uberlândia, Janeiro/Abril de 2013.

DINIZ, Marco Túlio Mendonça. **Condicionantes socioeconômicos e naturais para a produção de sal marinho no Brasil**: as particularidades da principal região produtora. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (Tese de Doutorado), Fortaleza, 2013.

IBGE. **Censos Demográficos** 1970; 1980; 1991; 2000, Rio de Janeiro, Editora do IBGE.

MORAIS, M.C.C. **Terras Potiguares**. Natal (RN): Dinâmica Editora, 1998.

MOURA, G. **Um Rio Grande e Macau**. Natal (RN): G. Moura, 2003.

MOURA, Wanderley A. **O Processo de falência da indústria salineira e suas implicações na economia macauense**. Monografia de Graduação em História na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1977.

PAIVA FILHO, F. C. **Uma análise da dualidade do mercado produtor salineiro do Rio Grande do Norte**. Natal: UFRN, 1987.

RIO GRANDE DO NORTE (Estado). Assembleia Legislativa. Lei Nº 8.299, de 29 de janeiro de 2003. **Dispõe sobre formas de escoamento do sal marinho produzido no Rio Grande do Norte e dá outras providências**. Natal, Secretaria de Informática, 2003.

SANTOS, P. P. **Evolução econômica do Rio Grande do Norte** (Século XVI a XXI). 3 ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 2010.

SOUSA, F. C. O. **A cidade e os homens das salinas**. In: XXIV Simpósio Nacional de História, Associação Nacional de História – ANPUH, Anais... São Paulo, 17 e 22 de julho, 2007.

SOUSA, M. M. L. **A política econômica salineira e o Rio Grande do Norte: 1965-1974**. 108 f. 1988. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica. Departamento de História. São Paulo: 1988.